



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

INCLUSÃO ESCOLAR E AEE: A EXPERIÊNCIA DA EEB MARIA DALVA BARBOSA DE AZEVEDO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAPIPOCA

Aratrícia Maria Martins Freire

*EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo
aratriciama@hotmail.com*

O presente artigo apresenta o resultado parcial da experiência de inclusão escolar de alunos com deficiência(s) da Escola de Educação Básica Maria Dalva Barbosa de Azevedo, da Rede Municipal de Ensino da Cidade de Itapipoca - Ceará, que apesar dos grandiosos desafios, vem contemplando seus anseios no que refere-se a inclusão escolar. Tem como objetivo avaliar e caracterizar as concepções dos diferentes segmentos desta comunidade a respeito dos conceitos e impressões sobre inclusão e escola inclusiva. A metodologia apresenta uma abordagem qualitativa, através da pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando para a coleta de dados vários instrumentos; desde a pesquisa teórica à intervenção em salas de Atendimento Educacional Especializado e em outros espaços escolares. Os resultados apontam para desafios a serem superados, porém, o trabalho, se constituiu como instrumento eficaz de sensibilização e mobilização da comunidade ao proporcionar uma reflexão mais sistemática sobre o tema. Faz-se necessário, novas práticas pedagógicas e humanas, mediadas pela legislação e teorias sócio educacionais inclusivas e da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que garantam discussões, aqui trazidas.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Práticas pedagógicas, Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem despertado interesse de toda a sociedade por ser uma forma eficaz de inclusão social. A escola vem passando por uma mudança brusca no sentido de interagir e inserir a inclusão como papel social, obtendo assim a necessidade de quebrar barreiras contra o preconceito tido quando nos referimos à pessoa com deficiência.

O homem como ser inovador e inteligente vem mudando sua forma de pensar, ver e agir no sentido de tentar acompanhar a progressão da evolução em todos os sentidos e na educação não é diferente, contudo necessita de um novo perfil de homem e de profissional. Compreende-se que a escola como instituição formadora, independentemente do nível escolar, seja, capaz de atender satisfatoriamente a demanda social contemporânea é com esse pensamento que a inclusão escolar vem ser abordada nesse estudo.

A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos, aprovada na Conferência Mundial sobre Educação foi um grandioso marco internacional ocorrido para a educação na década de 90, em Jomtien – Tailândia. “[...] todas as pessoas, crianças, jovens e adultos devem se beneficiar de oportunidades na esfera da educação, tendo em vista satisfazer as suas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

necessidades básicas de aprendizagem” (DECLARAÇÃO MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Fonseca (1995) ressalta que “o ser humano pode modificar-se por efeitos da educação e, ao mudar sua estrutura de informação, formação e transformação, pode adquirir novas possibilidades e novas capacidades” (FONSECA *apud* FERREIRA, 2003, p. 43). Nesse sentido, é imprescindível fazer valer esses direitos para todos independente de sua deficiência ou necessidade.

No Brasil, com o avanço da democracia participativa a Educação Inclusiva, vem se firmando e hoje passa a ser discutida com responsabilidade sobre bases científicas e leis. Inúmeros eventos científicos, congressos, seminários, colóquios, projetos sociais são promovidos para estudar a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais. Da mesma forma pode-se constatar o aumento expressivo de pesquisas sobre o tema, desenvolvidos pela comunidade acadêmica brasileira. Não podemos esquecer que os profissionais da educação precisam está aprimorando seus conhecimentos voltados para a inclusão.

O presente trabalho visa contribuir com a bibliografia existente buscando, a partir do estudo das concepções de uma comunidade escolar, possibilitar a construção de bases sólidas para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular. Tendo a finalidade de expandir conhecimento na área, serão abordados quatro tópicos: Breve histórico da Educação Especial; Fundamentos da Educação Inclusiva; (3) Educação Inclusiva na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo.

Quando se pretende conhecer concepções de uma comunidade sobre pessoas com necessidades educacionais especiais, humanizar tratamentos e promover a inclusão educacional se faz necessário contextualizar historicamente esses tópicos para melhor compreendê-los.

No decorrer da história da humanidade, pode-se observar que as concepções sobre a deficiência foram evoluindo “conforme as crenças, valores culturais, concepção de homem e transformações sociais que ocorreram nos diferentes momentos históricos” (BRASIL, 2001d, p.25). Povos primitivos e até mesmo em estágio mais avançado de civilização, como os egípcios, gregos e romanos, consideravam as deficiências como manifestações do sobrenatural. O misticismo cristão medieval induzia à concepção metafísica que também relacionava a deficiência ao sobrenatural. Anomalias físicas, mentais ou sensoriais eram explicadas pela crença da direta intervenção divina ou de outros seres superiores, sob a forma de castigo para expiação dos pecados ou de bênção, quando eram atribuídos aos portadores



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

dessas deficiências os dons da clarividência ou da cura (PARANÁ, 2006). Em relação a essas pessoas, as respostas sociais eram ambivalentes: ora de medo e rejeição, ora de respeito ou admiração (BRASIL,2001d).

No início do século XX, apesar dos avanços sociais e científicos, pessoas com deficiência eram ainda vistas como perigosas à sociedade, pois eram considerados anormais. Por não se ter clareza quanto à causa das deficiências, usualmente a deficiência mental estava relacionada à hereditariedade e a problemas básicos de saúde, como sífilis, tuberculose e doenças venéreas. (JANNUZZI, 2004).

A partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, houve uma mudança na concepção sobre pessoas com deficiência, “[...] que passaram a ser vistas como cidadãos, com direitos e deveres de participação social, embora persistisse a ótica assistencial e caritativa e o viés da medicalização em sua educação” (FERNANDES, 2006 *apud* PARANÁ, 2006, p. 21). Nesse sentido, é importante ponderar que as diversas concepções sobre a deficiência permearam todos os períodos históricos, e ainda se refletem nos dias atuais. Somos constantemente surpreendidos pela discriminação das pessoas a partir de sua deficiência como também pela percepção de que a deficiência é uma herança maldita, doença incurável ou incapacidade generalizada, objeto de maldição ou obra do divino (BRASIL, 2001d).

Na Idade Média a igreja rejeitou o extermínio de pessoas doentes, defeituosas e/ou mentalmente afetadas por serem consideradas também criaturas de Deus, apesar de persistir seu abandono, “[...] dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana” (BRASIL, 2000c, p. 9). No século XVI, com Renascimento, começaram a surgir novas idéias não só quanto à origem das deficiências (causas orgânicas), mas também quanto ao seu tratamento por meio da alquimia, magia e astrologia.

Os avanços da Medicina no século XVII fortaleceram a tese da de tratamento médico às pessoas com deficiência (BRASIL, 2000c). Entretanto, apesar das práticas científicas, continuou predominando a segregação dessas pessoas, com a prática da internação “[...] em instituições, para cuidado, proteção ou tratamento médico, caracterizando o paradigma da institucionalização, que vigorou aproximadamente por oito séculos, durante parte da Idade Média até início do séc. XX” (BRASIL, 2004).

No Brasil, que reproduzia o modelo europeu, também era clara e patente a exclusão das pessoas com deficiência, até mesmo em documentos oficiais. A Constituição Brasileira de 1824, de acordo com Jannuzzi (2004), excluía o adulto deficiente físico ou

moral, privando-o do direito político.

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No início do século XIX era comum, conforme relatos de Jannuzzi (2004) o abandono de crianças com deficiências físicas ou mentais pelas ruas. As instituições eram vinculadas a hospitais e sanatórios e “[...] pareciam ser destinadas aos indivíduos com níveis mais graves, cujas incapacidades generalizadas eram de maior visibilidade” (MENDES, 2000, p. 10).

Segundo Mendes (2002), o tratamento das pessoas consideradas desviantes, era usualmente ofertado em asilos e manicômios que funcionavam como uma espécie de prisão dos alienados, visando à proteção da sociedade. A segregação e a esterilização passaram a ser vistas, então, “[...] como meios de controle para lidar com essa população específica, de modo a evitar a ‘proliferação’, na sociedade, de pessoas atingidas pela deficiência” (BRASIL, 2000b,p.27).

No decorrer da década de 1950 as pessoas com deficiência começaram a se organizar procurando participar de discussões em torno de seus dificuldades (JANNUZZI, 2004). São reflexos da atuação política das organizações oriundas desse movimento os avanços obtidos nos últimos anos com a definição de políticas adequadas e provimento de serviços de atendimento a pessoas com necessidades educacionais especiais.

Segundo Mendes, (2002), Século XVI, quando médicos pedagogos, desafiando os conceitos vigentes, passaram a acreditar na possibilidade de educar esses indivíduos até então, considerados ineducáveis. A prática do favor e da caridade, comuns no Brasil do final do século XIX, instituía o caráter assistencialista na atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais e à Educação Especial.

No início do século XX, profissionais ligados à saúde mostraram interesse pela educação de pessoas com deficiência. A participação da psicologia na educação e o uso dos testes de inteligência para identificar deficientes mentais passaram então a ser amplamente difundidos no Brasil (MENDES, 2000). Esse movimento de origem europeia “[...] caracterizou-se por novas propostas pedagógicas que enfatizavam a democracia nas relações escolares, uma educação que respeitasse as diferenças individuais, as aptidões e os interesses das crianças” (ROMANELLI, 2002 *apud* DOMINGOS, 2005). Decroly e Montessori foram os representantes desse movimento que mais influenciaram os pedagogos brasileiros (JANNUZZI, 2004).

METODOLOGIA

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A educação inclusiva não impede que o aluno frequente o ensino regular e o aee como uma forma de agregar conhecimentos além do livro PNLD. Em termos mais simples, quer dizer que não deve haver sistemas paralelos de ensino especial, como, por exemplo, escolas especiais com séries ou anos funcionando conforme o ensino regular, mas se destinando exclusivamente ao ensino de alunos com necessidades educacionais especiais.

O professor do AEE utilizará esse espaço para trabalhar em turno inverso ao do ensino regular de acordo com a necessidade específica de cada aluno. Podemos destacar o trabalho desse profissional com o aluno autista com comprometimento na fala e no comportamento, por exemplo, poderá ser trabalhada a comunicação alternativa, coordenação motora, lateralidade e principalmente a concentração e o professor estabelecerá quais adaptações serão necessárias para que esse aluno possa construir seu aprendizado, assim fazemos na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo. Mesmo sabendo que nem todos os alunos com autismo tenham a mesma oportunidade, pois as vezes as famílias atrapalham no sentido de não dá importância a vinda desse aluno para escola. O professor, conhecendo os recursos pedagógicos e de acessibilidade, conseguirá mudar e atuar melhor com sua prática pedagógica, temos exemplos dentro da escola citada.

No caso do autismo, é importante ressaltar que o atendimento educacional especializado deve avaliar muito bem seus objetivos, uma vez que a convivência em grupo é mais produtiva para o estudante do que um encontro semanal em um trabalho individual com um professor, por exemplo. Deve-se ter em mente as características do aluno, do transtorno do espectro autista, da organização da escola, que a equipe escolar entende que é a educação inclusiva, pelo menos caminhem nessa direção.

Temos problemas sim, por exemplo: os professores sempre reclamam que precisam de formação para lidar com cada tipo de deficiência, pois temos alunos autistas, deficientes físicos, paralisia cerebral, deficientes intelectual, transtorno global do desenvolvimento, deficiente visual e muitos outros com dificuldades de aprendizagem que já não é considerado deficiência.

Mas temos que pensar que para que a inclusão se efetue, não basta estar garantido na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deverão levar em conta o contexto socioeconômico, além de serem gradativos, planejadas e contínuas para garantir uma educação de ótima qualidade (Bueno, 1998).

(RESULTADOS E DISCUSSÕES

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



A Educação Especial é uma modalidade de ensino e não um sistema substitutivo de ensino. Portanto, não deve ser substitutiva ao ensino regular e, sim, complementar e/ou suplementar.

Uma política efetivamente inclusiva deve ocupar-se com a desinstitucionalização da exclusão, seja ela no espaço da escola ou em outras estruturas sociais. Assim, a implementação de políticas inclusivas que pretendam ser efetivas e duradouras devem incidir sobre a rede de relações que se materializam através das instituições já que as práticas discriminatórias que elas produzem extrapolam, em muito, os muros e regulamentos dos territórios organizacionais que as evidenciam.

Kunc (1992), fala sobre inclusão: "o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo".

A inclusão tem despertado dentro da escola um novo olhar dando a mesma a responsabilidade de conscientizar a sociedade, uma vez que essa política educacional tem se constituído numa forma eficaz para a inclusão social e num importante passo para a diminuição das desigualdades.

O professor sozinho pouco pode fazer diante da complexidade de questões que seus alunos com deficiência necessitam solucioná-las. Por este motivo, a constituição de uma equipe interdisciplinar, que permita pensar o trabalho educativo desde os diversos campos do conhecimento, é fundamental para compor uma prática inclusiva junto ao professor.

A inclusão tem despertado dentro da escola um novo olhar dando a mesma a responsabilidade de conscientizar a sociedade, uma vez que essa política educacional tem se constituído numa forma eficaz para a inclusão social e num importante passo para a diminuição das desigualdades.

Na EEB Maria Dalva Barbosa de Azevedo desenvolvemos um trabalho árduo de conscientização com 24 turmas de 1º à 5º ano com aulas semanais de libras, trabalhamos textos sobre as diferenças, existe uma parceria enquanto sala de AEE e regular, tem sido muito proveitosa essa sintonia.

Queremos destacar a importância desse espaço de AEE e da formação do professor dessa sala, uma vez que essa oferta de trabalho é algo que vai além de uma garantia de acesso à escola dos alunos com deficiências: auditiva, visual, física, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

O AEE dentro da escola regular tem o papel de mediador no que se refere a aprendizagem e inclusão do aluno com deficiência.

Acreditando em melhoras para todos é que juntamos forças para lidar com esse universo de diversidades. Assim incluímos metas e propostas no PPP da escola acreditando alcançar as metas propostas para o crescimento da escola enquanto inclusiva.

CONCLUSÕES

Portanto a inclusão depende de mudança de valores da sociedade e a vivência de um novo paradigma que não se faz com simples recomendações técnicas, como se fossem receitas de bolo, mas com reflexões dos professores, núcleo gestor, pais, alunos e comunidade. Contudo essa questão não é tão simples, pois, devemos levar em conta as diferenças onde o principal foco é a família que muitas vezes não aceitam seus entes com deficiência e tem medo de mostrar a sociedade.

Devemos utilizar novas tecnologias, investir em formação, atualização de teorias, sensibilização, envolvendo toda comunidade escolar. Focar na formação profissional do professor, que é relevante para aprofundar as discussões teóricas práticas, proporcionando subsídios com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem. Assessorar o professor para resolução de problemas no cotidiano na sala de aula, criando alternativas que possam beneficiar todos os alunos. Utilizar currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas ideias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade, oportunizando a criatividade, a cooperação e a participação.

Concluimos que para o processo de inclusão escolar é preciso que haja uma transformação no sistema de ensino que vem beneficiar toda e qualquer pessoa, levando em conta a especificidade do sujeito e não mais as suas deficiências e limitações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Ministério Público Federal, Fundação Procurador Pedro Jorge de Mello e Silva. Acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular. 2. ed. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BUENO, Geraldo - Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Texto apresentado no grupo de trabalho da anped - 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Câmara de Educação Básica Resolução CNE/CNB n.2 de 11 de setembro de 2001 - Brasília.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem Jomtien, 1990

FONSECA, Vitor da. Educação Especial - Programa de estimulação precoce - Uma introdução às idéias de Feuerstein / Vitor da Fonseca - 2. ed. Ver. Aumentada - Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

JANUZZI, Gilberta de Martino. A educação do deficiente no Brasil: Dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores associados, 2004.

KUNC, N. - The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs in VILLA, J. S. Thousand, W. STAINBACK E S. SATINBACK - restructuring for caring and effective education: na administrators guide to creating heterogeneous schools. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992, p. 25-39.

MENDES, E. G. Raízes históricas da educação inclusiva. Seminários Avançados sobre Educação Inclusiva, ago. 2001, Marília, Anais. Marília: UNESP.